

IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA *COM* CRIANÇAS

Michele Guedes Bredel de Castro ¹

Imbuída pela constante necessidade de desconstruir pretensos saberes sobre a infância e construir outros possíveis olhares e conhecimentos, abordo neste texto, fruto de reflexões tecidas no processo de doutoramento em educação, a proposta de se deslocar de uma pesquisa *sobre* as crianças para o caminho construído a partir da opção de se pesquisar *com* elas, apresentando assim as implicações teórico-metodológicas da investigação *com* crianças.

A presença da criança na pesquisa científica não é nova, principalmente na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado. Neste sentido, é possível expor alguns exemplos tais como: na educação, as pesquisas observam e analisam a criança na condição de aluno, geralmente no contexto da instituição educativa, e suas falas e produções são interpretadas a partir de sua adequação ou não aos objetivos da instituição educativa; na saúde pública, as crianças são focalizadas a partir da comparação de suas condições físicas a padrões definidos como normais.

Outros exemplos poderiam ser dados, mas o que importa reter é que o estudo científico da criança é algo antigo. O que pode ser considerado recente é o debate sobre a condição que a criança ocupa na investigação acadêmica (CAMPOS, 2008). Percebe-se um movimento no qual, cada vez mais, as pesquisas com crianças se distanciam de padrões conceituais e metodológicos rígidos e fechados.

Segundo Sarmento e Pinto (1997, p. 24-26), o estudo das realidades da infância a partir da própria criança é um campo de estudos emergente, que adota um conjunto de orientações metodológicas que tem como foco a escuta da voz das crianças. Os autores também salientam que tomar a criança como uma referência e objeto de estudo não é algo novo. No entanto, o que se levava em conta não era a criança em si, sendo esta tomada apenas como pretexto, referente ou destinatário de processos que, esses sim, constituíam o verdadeiro objeto de estudo. Falava-se do desenvolvimento da criança, da saúde, da instituição educativa, da educação, mas a infância como categoria social não era levada em consideração. O que está implicado nessa nova abordagem, segundo esses autores, é a capacidade do pesquisador

¹ Doutora em Educação/UFF.

estudar a infância não como algo exterior à própria sociedade, que precisa ser integrado e socializado, mas como um segmento que está inserido nas relações de controle social dos adultos sobre as crianças e na produção e reprodução cultural pelas próprias crianças.

Os estudos realizados no campo da infância, durante muito tempo, pautaram-se preponderantemente em abordagens que pretendiam entendimentos *sobre* a infância. Dessa forma, tratavam da criança como objeto e não como sujeito de pesquisa de maneira que, ao lançar-se a campo para compreender melhor o universo infantil, os pesquisadores entrevistavam pais, professores, enfim, qualquer pessoa adulta que pudesse oferecer alguma informação, menos a criança. Pode-se dizer que durante muito tempo a criança não teve direito a falar e ser ouvida. As implicações que daí decorreram afetaram decisivamente a forma de compreender a infância, os seus papéis, espaços, emoções, nos mais diversos contextos, desde logo o contexto familiar, o contexto educativo ou ainda o contexto judicial.

A partir do exposto, é possível perceber que o último grupo dominado a ingressar no movimento de revisão dos modelos de pesquisa são as crianças, porque anteriormente outras minorias já exerceram essa crítica sobre o conhecimento dominante, como a crítica dos movimentos negros e indígenas sobre a história, considerada centrada no homem branco ocidental; a crítica feminista sobre a pesquisa científica, a qual questiona a predominância da perspectiva masculina na produção em ciências humanas; e ainda a crítica dos grupos populares pesquisados por antropólogos e sociólogos que se sentem usados e interpretados unilateralmente (CAMPOS, 2008).

A necessidade de compreender a visão das crianças é urgente, pois é a partir de suas vozes que medidas de proteção e de atendimento mais prementes serão tomadas. Neste sentido, impulso significativo a essa tendência é dado pelos profissionais que atuam em situações de graves ameaças aos direitos humanos de crianças, como guerras, perseguições, catástrofes naturais e epidemias, situações em que se torna crucial ouvir as vozes de crianças que muitas vezes foram separadas de suas famílias e comunidades, não tendo quem fale por elas.

Delgado e Muller (2005b) indagam as razões de existirem poucos estudos sobre as crianças a partir das suas vozes e ações. Pontuam que o principal desafio a ser enfrentado é o de romper com estereótipos e preconceitos sobre as crianças e suas culturas, para muitos, ainda estranhas e exóticas. Ainda segundo as autoras, as pesquisas produzidas apresentam

quase sempre análises indiretas sobre as infâncias, o que resulta, muitas vezes, em representações estereotipadas sobre as crianças nas decisões educativas, programas e políticas curriculares propostas por adultos. As autoras consideram que pouco se tem considerado a criança como ator principal, o que repercute na própria produção acadêmica relativa ao tema.

Rocha (2004) realizou uma análise da produção científica brasileira sobre educação infantil, destacando o lugar ocupado pela criança dentre os principais temas de pesquisa. Constatou que na década de 1970 as pesquisas se restringiam à psicologia, tendo como principal preocupação a questão do desenvolvimento infantil. Até o final dos anos de 1980, as pesquisas realizadas diziam respeito a uma criança como modelo único, independentemente do contexto familiar, socioeconômico e cultural. Sob forte influência da perspectiva interacionista piagetiana, apontava-se para uma noção de criança como sujeito ativo do processo educativo, mas um sujeito-aluno e não um sujeito-criança.

A autora argumenta que hoje a perspectiva da pesquisa baseada em sujeitos idealizados e em contextos naturalizados, privilegiando o indivíduo e o estabelecimento de padrões, vem cedendo lugar a uma pesquisa que cada vez mais leva em conta os determinantes da constituição social do sujeito-criança. Mesmo as pesquisas sobre o desenvolvimento infantil têm se orientado na perspectiva histórico-cultural, enfatizando o contexto e as relações estabelecidas.

Consolida-se, portanto, no final dos anos de 1990, uma crítica à concepção de infância que considera a criança enquanto um “vir-a-ser”, com características universais, em um tempo cronológico linear e homogêneo. Passa-se a enfatizar nas pesquisas as crianças enquanto sujeitos de ação.

Apesar da pesquisa com crianças ser um campo relativamente incipiente e ainda em construção no Brasil, alguns autores contemporâneos tem realizado uma série de estudos voltados para a infância no campo da sociologia, da psicologia, do serviço social e em outras áreas do conhecimento. Portanto, observa-se que atualmente tem crescido o número de investigações científicas que valorizam as falas das crianças (CAMPOS, 2008; CERISARA, 2004; CRUZ, 2006; DELGADO e MULLER, 2005a; LEITE, 2008; ROCHA, 2008; SARMENTO, 2000a, 2007; SARMENTO, FERNANDES e TOMÁS, 2007; SARMENTO, ABRUNHOSA e FERNANDES, 2007).

Conhecer a percepção, o olhar e a opinião das crianças tem sido o desafio de diferentes pesquisadores no mundo todo, nas mais diversas áreas. Piaget, um dos principais autores de perspectiva interacionista, foi pioneiro em estudar o modo particular como as crianças pensam. Utilizando o método clínico, o autor apresentava questões, fazia perguntas, mostrava incoerências e levantava hipóteses junto com as crianças para acompanhar o raciocínio delas em suas experiências e respostas.

O esforço de compreender a perspectiva das crianças também vem sendo empreendido pela Sociologia da Infância, que já nasce tendo como foco a criança e suas infâncias. Se os estudos de Piaget nos levam a compreensão de que a criança é ativa em sua própria constituição de sujeito, e de que ela possui um modo particular de entender o mundo, a Sociologia da Infância, por sua vez, parte desse princípio para justificar a importância de estudar as crianças e suas culturas.

Piaget criador da epistemologia genética, não tinha como objeto de estudo a criança em si. O interesse de Piaget era antes de tudo uma questão da epistemologia: como o ser humano produz conhecimentos e mais, conhecimentos cada vez mais sofisticados. Entretanto, sua formação no ramo das ciências naturais/malacologia fez com que ele fosse além da especulação filosófica, dedicando-se a observar e compreender empiricamente como se forma o conhecimento. Por isso, estudou o pensamento infantil desde a sua origem, partindo do pressuposto de que a psicogênese oferece elementos para compreender uma filogênese do conhecimento. Isto é, olhar uma criança se formar, do ponto de vista intelectual, é como olhar a história do progresso da humanidade (PIAGET *apud* BRINGUIER, 1993, p. 132). Dessa forma, podemos dizer que o que sabemos hoje, a partir de Piaget, sobre as crianças e seu desenvolvimento cognitivo, não é o ponto final de seu trabalho, e sim o caminho que o autor encontrou para responder uma pergunta muito maior.

Todavia, mais do que compartilhar uma concepção de criança ativa e competente, esses dois paradigmas fundamentalmente diferentes parecem ter pontos de encontro complementares para o avanço na discussão sobre metodologias com crianças pequenas e sobre a investigação do modo como estas pensam o mundo. O próprio Piaget sugeria que o método clínico seria um instrumento de grande valia para os antropólogos investigarem o pensamento de outras culturas. Em suas palavras: “aquele que vai interrogar, deve ter a cultura

de um etnógrafo para entrar em uma sociedade diferente e deve ter a técnica do psicólogo para saber interrogar” (PIAGET *apud* BRINGUIER, 1993, p. 51).

Os estudos *sobre e com* a infância constituem um campo temático de natureza multidisciplinar que, segundo Sarmiento (2008), está em pleno desenvolvimento. Dessa forma, em diálogo com a psicologia do desenvolvimento de orientação histórico-cultural, a Sociologia da Infância vem se constituindo como uma área de conhecimento interdisciplinar que considera a infância enquanto construção social e as crianças como seres ativos na construção e determinação de sua vida social. Considera também as relações sociais e a cultura das crianças como merecedoras de um estudo por si mesmas. Tais conceitos, não divergem da orientação histórico-cultural, com a qual mantém uma área de possível interlocução.

Vasconcellos, Leite, Dell’aglio (2006) pontua que a concepção histórico-cultural já compreende a infância como uma construção e a criança como ator social há muito tempo. Segundo a autora, as duas abordagens se aproximam ao questionarem a ideia de uma infância universal; fogem ao determinismo biológico e vão ao encontro de uma epistemologia própria da infância; buscam o estudo da criança pela própria criança, procurando entendê-la pela novidade que transporta e não com a ideia de infância como um percurso para se alcançar a idade adulta; partem da premissa de que a infância é um conceito que deve ser liberto das categorias adultocêntricas; compreendem a criança como um ser participante, ativo e interativo de seu processo de desenvolvimento e socialização, sendo, portanto, sujeito de conhecimento. A autora ressalta ainda que as pesquisas em psicologia precisam ouvir a criança enquanto sujeito pensante, ponto que para ela se constitui na grande aproximação com a Sociologia da Infância.

No entanto, nem sempre foi assim: as crianças, enquanto atores sociais de pleno direito foram ignoradas pela sociologia durante um longo período. Neste sentido, os estudos sobre as crianças foram abordados mais pela sociologia da família e pela sociologia da educação, tendo como referência as instituições, a voz dos adultos, pais, educadores, assistentes sociais. Neste contexto, a escola, mais especificamente a atividade de ensino-aprendizagem, é que tem sido o ponto de entrada dos estudos sobre a criança, permanecendo ocultos o papel e as ações desempenhados pelas crianças.

Em contraposição, a Sociologia da Infância procura estudar as crianças a partir das crianças, isto é, rompendo com a tradição da sociologia e assumindo as crianças como atores sociais de pleno direito. Na Sociologia da Infância, a compreensão antropológica de que os diferentes povos, seus hábitos e rituais devem ser compreendidos a partir de seus próprios referenciais se estendeu para os estudos sobre/com as crianças.

A presente mudança inspira-se teórica, epistemológica e metodologicamente nas correntes da sociologia interpretativa, de inspiração fenomenológica, especificamente o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Esta mudança no campo da sociologia revela-se extremamente importante, tanto mais que, como citam Sarmiento e Pinto (1997, p. 25), “o estudo das crianças a partir de si próprias permite descortinar outra realidade social, que é aquela que emerge das interpretações infantis dos respectivos mundos de vida” e não uma realidade construída a partir do olhar subjetivo do adulto, que corre o risco de deixar na penumbra a forma como cada criança, na interação com os outros ou no/com o grupo de pares, produz e reproduz a estrutura social.

A consideração das crianças como atores sociais de pleno direito está pautada no pressuposto de que elas, conforme colocado por Sirota (2001, p. 12) “participam das trocas, das interações, dos processos de ajustamentos constantes que animam, perpetuam e transformam a sociedade”. Isto significa que as crianças agem em contexto social, isto é, “constituem-se sujeitos na capacidade de dominar a sua experiência, de se tornarem autores da sua própria educação” (ibidem, p. 17). Nesse sentido, a experiência social é, como diz Dubet (1996, p. 95), “uma maneira de construir o mundo. É uma atividade que estrutura o caráter fluido da vida”, sendo socialmente construída através daquilo que dela é dado a conhecer aos outros, pelos atores que a vivenciaram.

Sendo o grupo de pares um dos registros em que a criança interage, importa reconhecer a ação coletiva das crianças e, além da sua capacidade de produção simbólica, a da constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, ou seja, em culturas infantis.

Sarmiento e Pinto (1997, p. 12) sustentam que “uma sociologia da infância que pretenda colocar no centro do seu objeto de estudo o mundo das crianças visto pelas crianças, e não uma leitura adulta do mundo infantil, conduzindo aos seus estudos tomando em conta as perspectivas das mesmas, terá que proceder a uma ultrapassagem do conceito clássico de

socialização”, que entende o desenvolvimento social da criança como processo de interiorização de conhecimentos e capacidades que os adultos dominam. Os postulados de Corsaro (2002), enfatizando a importância da ação da criança no seu desenvolvimento social, sublinham que, “de uma perspectiva sociológica, a socialização não é apenas uma questão de adaptação ou interiorização, mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução” (p. 18). Nesse sentido, o conceito de “reprodução interpretativa” proposto por ele apresenta-se como uma alternativa ao conceito estrutural-funcionalista de socialização.

O binômio produção/reprodução apresentado por Corsaro (2002) significa que as crianças, nas ações que desenvolvem com os grupos de pares e das quais resulta a produção da sua cultura de pares, não se apropriam e imitam a informação do mundo adulto, mas fazem-no de modo criativo endereçando aspectos da cultura adulta para os seus próprios interesses enquanto grupo de pares, produzindo assim, a sua própria cultura de pares genuína. Corsaro (2002, p. 64) considera que “tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares – transforma a informação do mundo adulto de acordo com as preocupações do mundo dos pares – como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta”.

É através destas interações com os pares que a primeira de uma série de rotinas de culturas de pares é produzida pelas crianças, vindo, por sua vez, a participar e construir a cultura de pares infantil. Nas culturas de pares o conhecimento infantil e as práticas são gradualmente transformados, produzindo outros conhecimentos e competências necessárias para participarem, quer do mundo infantil, quer do mundo adulto.

As instituições educativas vêm assumindo um papel central como lugar de desenvolvimento das crianças. Estas têm suas vidas e rotinas deslocadas da família para o convívio no coletivo com crianças que não são seus irmãos e com adultos que compartilham de sua educação, mas que não são seus pais. O tempo que as crianças permanecem nas instituições confere a esses espaços muitas vezes a função principal no que diz respeito à inserção social. A institucionalização da infância marca fortemente um novo modo de socialização que precisa ser problematizado. Como se caracteriza a relação que a criança estabelece com seus novos cuidadores? Como ela percebe o adulto com quem se relaciona? Se a criança ressignifica, transforma e cria cultura, acreditamos que ela tem algo a dizer sobre sua própria escola e seus educadores, que vem ocupando cada vez mais espaço e tempo em sua vida.

As crianças não se adaptam nem interiorizam as regras e valores do mundo sem interferir nele, mas, também não possuem completa autonomia nesse processo, pois é na interação com outras crianças e adultos que elas interpretam, compreendem e dão sentido à realidade que as cercam. Sendo assim, os significados que as crianças conferem aos acontecimentos, fatos, pessoas e experiência podem não ser os mesmos dos adultos. Elas possuem um modo próprio de enxergar o mundo e de entendê-lo, assim como um modo próprio de agir nele/sobre ele.

No que tange à posição e o envolvimento das crianças nas investigações, Christensen e Prout (2002) propõem quatro perspectivas, a saber: as crianças como objetos; as crianças como sujeitos; as crianças como atores sociais e as crianças como participantes, desafiando a tradicional imagem de infância como mero objeto de investigação.

As duas primeiras perspectivas encerram grande parte da investigação social tradicional. As vidas e bem-estar infantis são assim investigados a partir das perspectivas dos adultos. Ambas negligenciam a criança como ator social por direito próprio, baseando-se em princípios de dependência infantil, defendendo uma visão paternalista, que pretende proteger a criança incompetente e imatura.

Na terceira perspectiva de investigação, as crianças são reconhecidas como atores sociais; não são meras informantes, mas ativas na interpretação e mudança do processo de pesquisa. A emergência desta imagem atribui-lhes voz nos assuntos que lhe dizem respeito, o que cria novos problemas e dilemas éticos para o investigador, assim novas responsabilidades.

A quarta perspectiva – as crianças como participantes ativos – pretende recuperar a ideia de que as crianças devem ser tão ativas nas pesquisas como na vida social. Esta perspectiva caminha junto com as novas perspectivas metodológicas nas ciências sociais que encaram a investigação como uma coprodução, para a qual contribuem quer o investigador, quer o informante. Com estas considerações, desenvolve-se a ideia de que as crianças devem ser encaradas, cada vez mais, como co-investigadoras nos processos de pesquisa que lhe dizem respeito.

Campos (2008), ao descrever os níveis de envolvimento das crianças nas pesquisas, propõem quatro estágios: participação no planejamento e organização da pesquisa, na análise dos dados, na validação das informações e como assistentes ou auxiliares de pesquisa. Destaca

que, para crianças menores de 6 anos de idade, a categoria que é mais aplicável é a de respondentes.

Sobre os métodos e técnicas de pesquisa com crianças, pode-se dizer que não existe o instrumento perfeito e ideal. O pesquisador deve procurar elaborar situações e recursos para promover a expressão das crianças, que sejam adequados à sua faixa etária e sensíveis ao seu ambiente cultural, e, ainda adequados ao seu grau de envolvimento na pesquisa.

O material empírico pode ser gerado por meio de várias estratégias metodológicas, definidas tendo em vista a natureza e questões levantadas pela investigação, o contexto onde a mesma ocorre e o grau de participação da criança. Entre os recursos mais comuns destacam-se: relatos orais por meio de entrevistas temáticas e/ou livres; relatos orais após a criança realizar desenhos de alguma situação, cena, etc; complementar de frases; relato oral da rotina/cotidiano da criança; relatos orais a partir de desenhos temáticos produzidos por adultos; relatos orais após a leitura de livros infantis temáticos; observação (simples ou participante) da vida da criança na família, escola; grupos focais, etc (CAMPOS, 2008).

É interessante fazer uso de diversas técnicas de produção de dados. Para Rocha (2008), por exemplo, o cruzamento de procedimentos de escuta utilizando diferentes suportes expressivos em momentos diversos permite ao investigador conquistar um tipo de relação que amenize o constrangimento advindo do poder inerente às relações geracionais e educativas.

A autora oferece ainda outras recomendações, a saber: dependendo dos objetivos da pesquisa, é essencial incluir a criança nas decisões sobre os próprios procedimentos; desenhar, fotografar ou filmar, podem ser úteis para registrar o que se quer comunicar para os outros, configurando-se uma relação indireta com o próprio pesquisador, que se coloca como mediador dessa comunicação; aproveitar as experiências prévias das próprias crianças na elaboração das técnicas de produção dos dados; aliar técnicas de pesquisa utilizadas em antropologia e na própria psicologia de orientação histórico-cultural, tais como análise temática de desenhos e observação participante dos contextos de vida das crianças, o que possibilita a ampliação de ferramentas para compreensão não apenas das diferenças, mas também das semelhanças entre adultos e crianças (ROCHA, 2008).

Vale ressaltar a posição de Campos (2008), para quem o pressuposto da interculturalidade resulta, em termos metodológicos, no reconhecimento da inadequação da entrevista como recurso para apreender o ponto de vista infantil. Ouvir a criança exige a

construção de estratégias de troca, de interação, mais do que de perguntas e respostas que negam que as crianças constituem significados de forma independente. Assim, o momento da escuta tem que ser também o momento de expressão dessa representação, que é uma representação coletiva.

Ainda é necessário ficar atento a outros aspectos, como por exemplo, o contexto onde se desenvolve a investigação, que deverá ser confortável, quer fisicamente, quer psicologicamente, e a melhor estratégia para assegurar este aspecto será deixar ao critério da criança a escolha do espaço onde poderá desenvolver a investigação. Também as estratégias para levantamento da informação deverão promover momentos de discussão e análise entre o investigador e as crianças. Desta forma, recupera-se a validade e o rigor naquele que é o aspecto central de toda a investigação participativa com crianças: a valorização da sua voz, dos seus saberes e emoções.

Alderson (2005), em suas análises sobre pesquisas realizadas com crianças, aponta algumas posturas investigativas importantes a serem observadas pelos/as pesquisadores/as, principalmente com relação aos desdobramentos que envolvem os direitos das crianças num estudo que as considere sujeitos participantes:

[...] envolver todas as crianças mais diretamente nas pesquisas pode resgatá-las do silêncio e da exclusão, e do fato de serem representadas, implicitamente como objetos passivos, ao mesmo tempo em que o respeito por seu consentimento informado e voluntário ajuda a protegê-las de pesquisa encobertas, invasivas, exploradoras e abusivas. Este último ponto é importante, pois um dos maiores obstáculos, ao se fazer pesquisas com crianças, é infantilizá-las, percebê-las e tratá-las como imaturas e, com isso, produzir provas que apenas reforçam as ideias sobre sua incompetência. Isso pode incluir “falar com condescendência”, usar palavras e conceitos simples demais, restringi-las a dar respostas superficiais, e envolver apenas crianças inexperientes e não as que têm experiências relevantes intensas e poderiam dar respostas muito mais informadas (p. 423).

Em síntese, o desenvolvimento de investigação participativa com crianças implica a consideração de três aspectos: a necessidade de considerar as crianças como unidade de observação no processo de decisão sobre a investigação; a necessidade de colocar as crianças no centro do processo de investigação; e, finalmente, a necessidade de desenvolver métodos que permitam fazer o levantamento das representações das crianças acerca das suas vidas, apesar dos constrangimentos levantados pela sua relativa falta de poder, quer no contexto

restrito da família, quer no contexto mais alargado da comunidade, pelo diferente uso e compreensão que elas atribuem às palavras e ainda pela sua relativa falta de experiência (FERNANDES, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido, saliento a importância de rompermos com a concepção de infância que considera as crianças meros objetos passivos. A construção de metodologias de pesquisas com crianças constitui-se em um dever e um desafio para quem busca tê-las como temas de estudos e investigações. Isso envolve questões éticas e desafios a serem enfrentados na pesquisa com crianças. A opção por considerar as crianças participantes das pesquisas, tendo-as como informantes qualificados na investigação, requer do pesquisador o enfrentamento de tais questões. A consideração da criança enquanto ator do processo investigativo coloca ao pesquisador novas relações a partir da complexidade e das incertezas de iniciar a investigação.

Enfim, precisamos delinear uma metodologia que ajude o pesquisador a evitar projetar o seu olhar sobre as crianças, colhendo delas apenas aquilo que é o reflexo dos seus próprios preconceitos e representações (SARMENTO e PINTO, 1997, p. 26). É preciso que o pesquisador se coloque no lugar da criança e veja o mundo com os olhos da criança, como se estivesse vendo tudo pela primeira vez (MATISSE, 1983). Esta postura exige do pesquisador descentrar seu olhar de adulto para poder entender, pelas falas das crianças, os mundos sociais e culturais da infância (QUINTEIRO, 2002).

Como já vimos têm aumentado o número de pesquisas que visam apreender o ponto de vista das crianças. Este quadro é parte de um movimento maior de entendimento da criança como um sujeito de direitos e um sujeito competente (QUINTEIRO *et. al.*, 2005) e pressupõe que as crianças podem falar e necessitam ser ouvidas (CRUZ, 2006). Também está relacionado a uma rediscussão no âmbito da sociologia da educação, que culminou no aparecimento da Sociologia da Infância que defende que a infância seja tomada como um objeto científico específico, passível de análise sociológica, constituindo um campo particular de investigação (SIROTA, 2001).

CASTRO, M. G. B.

Esta abordagem entende como direito das crianças a possibilidade de elas expressarem-se sobre temas que lhes afetam diretamente, reconhecendo que, ao fazê-lo, se ampliam as chances de que as decisões tomadas sejam relevantes e adequadas (CRUZ, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 419-442. Maio/Ago. 2005.

BRINGUIER, J. **Conversando com Jean Piaget**. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. 202 p.

CAMPOS, Maria Malta. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. **A Criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

CERISARA, Ana Beatriz. Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004, p. 35-54.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Working with Ethical Symmetry in Social Research with Children. In: _____. **Childhood**. Londres, n. 9. p. 477- 497. 2002.

CORSARO, Willian A. A Reprodução Interpretativa no Brincar ao “Faz de Conta” das Crianças. In: **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto n. 17, p. 113-134. 2002.

CRUZ, Sílvia Helena Vieira. Ouvindo crianças: considerações sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca da sua experiência educativa. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA, 27, 2004, Caxambú. **Anais**. 2004.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. **Educação e sociedade**, Campinas, vol. 26, n.91, p. 351-360. 2005a.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Maio/ago. vol.35, n. 125, p.161-179. 2005b.

DUBET, François **contextos e identidades**. Braga: Editora Bezerra, 1997. p. 77-110. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 214 p.

FERNANDES, Natália. Direitos da criança: utopia ou realidade? In: SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças:**

LEITE, M. I. Espaços de narrativa – onde o eu e o outro marcam encontro. In: CRUZ, S. H. V. **A Criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 118-140.

MATISSE, Henry. **Com olhos de criança**. Revista Arte em São Paulo. São Paulo, n. 14, mar. 1983.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em formação. In: FARIA, Ana Lúcia G.; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias. (Org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema. *et. al.* A participação da criança na escola de ensino fundamental: um desafio nas séries iniciais. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA, 28, 2005, Caxambú. **Anais**. 2005.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Criança e Educação: Caminhos da Pesquisa. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004. p. 245-256.

ROCHA, Eloísa Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, S. H. V. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceito, delimitando o campo. In: _____. **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Editora Bezerra, 1997. p. 07-30.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Crianças e as organizações – desafios à gestão de instituições para a infância. **Cidade Solidária**, Porto, n. 4, ano III, p. 24-27. 2000a.

_____. Visibilidade social e estudo da infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos (Org.); **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2007. p. 25-52.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; e TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 25, p. 183-206. 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto; ABRUNHOSA, Albertina; FERNANDES, Natália. Participação infantil na organização escolar. In: QUINTEIRO, Jucirema (Orgs). **Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007. p. 73-88.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 112, p. 7-31. 2001.

VASCONCELLOS, Vera. Maria Ramos. LEITE, Luci Banks; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. (Org.). **Psicologia do desenvolvimento: teorias, pesquisas e aplicação**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, 2006, p. 63-89.